

# **EFEITO DA INFLAÇÃO NO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA (2008-2024)**

Autora: Juliana Segunda Filipe André

Instituto Superior Metropolitano de Angola

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objectivos analisar o efeito da inflação no crescimento económico de Angola de 2008 a 2024; avaliar os principais instrumentos de controle da Inflação; apresentar o comportamento do Produto Interno Bruto e Inflação; estudar a relação entre Produto Interno Bruto e Inflação, avaliar o poder de compra das famílias. Para a realização da pesquisa, foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo. Relativamente aos efeitos da Inflação no crescimento económico, constatou-se que a inflação afectou negativamente em 0,27573. Foi possível verificar a correlação existente entre as variáveis (60%) e constatou-se, de igual modo, que 36% das variações que ocorreram na variável produção foram explicadas pela Inflação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inflação. Crescimento. Economia.

## **ABSTRACT**

The objectives of this research are to analyse the effect of inflation on Angola's economic growth from 2008 to 2024; to assess the main instruments for controlling inflation; to present the behavior of Gross Domestic Product and inflation; to study the relationship between Gross Domestic Product and inflation, and to assess the purchasing power of families. Quantitative and qualitative methods were used to carry out the research. Regarding the effects of inflation on economic growth, it was found that inflation had a negative effect of 0.27573. It was possible to verify the correlation between the variables (60%) and it was also found that 36% of the variations that occurred in the production variable (Gross Domestic Product) were explained by Inflation.

**KEYWORDS:** Inflation. Growth. Economy.

## 1. INTRODUÇÃO

Embora Angola seja um país rico em recursos naturais, como petróleo e diamantes, as condições socioeconómicas, políticas e geográficas, bem como a forte dependência do preço internacional dos recursos naturais, especificamente do petróleo, ainda condicionam a economia angolana, pois a economia sempre ressentiu os grandes acontecimentos internacionais (choques externos).

Segundo da Rocha (2008), depois da guerra civil, em 2002, a economia angolana sofreu grandes transformações; o período, de 2002 a 2008, permitiu que houvesse uma grande desaceleração dos elevados níveis de inflação e um crescimento acentuado do PIB, com valores nunca registados anteriormente, o que permitiu melhorar o poder de compra.

Entretanto, a partir de 2009 assistiu-se a uma queda significativa no preço do barril do petróleo, o que levou a uma desvalorização da moeda Nacional (Kwanza), incrementando a inflação, colocando em causa o preço das estruturas orçamentais das famílias, das empresas e do estado.

A depreciação do Kwanza colocou pressão nos preços de bens e serviços dos agentes económicos devido à forte dependência de bens importados, tornando a inflação uma questão estrutural, pois o país não cresceu e a produção de bens e serviços diminuiu, não sendo capaz de satisfazer a procura interna.

Krugman e Obstfeld (2010, p. 331) apontam que a política monetária tem como um dos principais objectivos estabilizar os preços, bem como o crescimento económico e o pleno emprego; entretanto, os instrumentos de política monetária pouco têm feito para a atenuação deste aumento de preços, dificultando o crescimento económico de Angola.

O controlo da inflação é fundamental para que as famílias e as empresas tenham poder de compra, pois o controlo dos preços contribui também para estabilidade do sistema financeiro, protegendo a economia da sua vulnerabilidade a choques externos, gerando assim benefícios para os agentes económicos. Mas, a realidade angolana tem mostrado que, nos últimos anos, os agentes económicos têm sofrido com as drásticas subidas dos preços dos principais bens e serviços com

rendimentos cada vez mais reduzidos e políticas monetárias ineficazes, o que não permite a estabilidade de preços, pois são necessários cada vez mais Kwanzas para comprar a mesma quantidade de bens e serviços, uma vez que os rendimentos não têm aumentado de forma proporcional, originando a perda progressiva do poder de compra das famílias, empresas e Estado. O estudo visa essencialmente responder a seguinte questão: Qual foi o efeito da taxa de Inflação em Angolano no período de 2008 a 2024? Para respondermos a esta questão de partida, vamos tratar de analisar os efeitos da inflação no Produto Interno Bruto, de modo a aferir a contribuição na variável de resposta.

A realização desta pesquisa vem da necessidade de se verem adoptadas medidas mais adequadas para o controlo da inflação em Angola, com o intento de combater ou minimizar os efeitos da subida dos preços e promover a estabilidade de preços, permitindo assim o crescimento económico.

A pesquisa segue uma metodologia quantitativa e qualitativa. No aspecto qualitativo, foi feita a pesquisa bibliográfica, envolvendo os temas de inflação e como está afectada o produto real. Como fontes, foram utilizados livros, decretos, assim como publicações de instituições que abordam o assunto, tais como o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em busca da resposta para a pergunta macro sobre o efeito da inflação no produto interno Bruto de Angola, usou-se o modelo de regressão linear simples. Desta forma, para elaboração do modelo de estimação, as variáveis estudadas são: O Produto Interno Bruto (PIB) e Inflação. Com ajuda do programa *Excel*, os dados foram compilados e organizados em tabelas e gráficos, possibilitando, desta forma, o cálculo de estatísticas das variáveis importantes tais como: coeficientes de determinação e correlação.

## **2. REVIÃO DA LITERATURA**

Nesta secção, a análise está voltada para a evolução das variáveis em estudo, e as principais medidas de políticas monetárias adoptadas pela autoridade monetária.

### **2.1. POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO**

Nos últimos anos, a economia angolana revelou uma evolução e crescimento consideráveis, o que permitiu com que Angola assumisse uma posição importante no mundo; entretanto, o período de 2008 a 2024 foi o de mais quedas nas taxas reais de crescimento do PIB com grandes volatilidades dos preços do petróleo, desacelerando a economia e afectando a vida das famílias, empresas e Estado. Sendo que o governo teve muitas vezes que alterar a política monetária, isto é, a oferta de moeda para conter os preços dos bens e serviços. Dado que Blanchard (2017, p.104) mostra que a expansão monetária determina a taxa de inflação — “um aumento de 1% na expansão monetária leva a um aumento de 1% na taxa de inflação”. A inflação é uma elevação do nível geral de preços da economia — A taxa de inflação é a taxa em que o nível de preços aumenta.

Mankiw (2015) aponta que existem vários índices para medir a inflação, mas o que mais afecta o cidadão comum é o IPCN (Índice de Preços ao Consumidor Nacional).

Entretanto, a teoria monetária sustentava que a oferta de moeda é um instrumento exógeno de política monetária, sua escolha determinaria o nível de preços que deveriam estar sob o controle da autoridade monetária.

Tendo em conta que o principal objectivo da política monetária, é a estabilidade de preços, as economias têm procurado adoptar através do Banco Central, estratégias de política monetária para prevenção de pressões inflacionárias futuras, justificando-

se a redução do custo social associado às limitações no controlo da inflação, adoptando assim, mecanismos de transmissão da política monetária.

Abreu *et al.* (2018, p. 441) definem mecanismos de transmissão da política monetária como “o processo através do qual as decisões de política monetária são transmitidas para o produto real e a inflação”; consistindo em diferentes canais interligados e constituindo uma teia através da qual a política monetária poderá operar.

Vasconcelhos (2001, p.353) refere que os principais canais de transmissão da política monetária são: taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos activos, crédito e expectativas, tais mecanismos exercem um impacto sobre os níveis de poupança, investimento e gastos das famílias e das empresas, que, por sua vez, afectam a demanda agregada e, por último, a taxa de inflação; produzindo efeitos apenas a curto e médio prazo e não a longo prazo, isto porque, a longo prazo, a moeda é neutra e o impacto é sobre os níveis de preços da economia.

Abreu *et al.* (2012, p.250) salientam que estes mecanismos, apesar de analisados isoladamente, produzem os seus efeitos em conjunto, dependendo da relevância de cada uma das estruturas económicas e dos mecanismos de financiamento das diferentes economias; admitindo-se sempre uma política monetária expansionista, sendo válido o oposto quando a política monetária tiver uma orientação restritiva. Assim, Nabais e Ferreira (2012 p.246) apontam que ao subir a taxa de juros, a moeda doméstica é valorizada, e a valorização da taxa de câmbio tem efeitos sobre a política monetária: a taxa de câmbio tem impacto directo sobre o nível de preços através do preço doméstico dos bens comercializáveis internacionalmente; exerce também efeitos indirectos sobre o nível de preços por meio dos bens produzidos internamente em que se utilizam matérias-primas importadas, isto é, quando a taxa de câmbio é valorizada, diminui o custo de produção desses bens, levando a uma queda de seus preços. Por outro lado, a taxa de câmbio tem impacto indirecto sobre o nível de preços através da demanda agregada, isto é, ao valorizar-se, a taxa de câmbio torna os produtos importados mais baratos, deslocando a demanda dos bens domésticos por similares importados, diminuindo a demanda agregada e a pressão sobre o nível de preços.

Um efeito relevante para Angola é o impacto da taxa de câmbio na inflação, isto é, quando são incorporados custos associados a insumos importados e bens comercializáveis nos preços. Isto porque a *commodities* de Angola, o petróleo, exerce um papel muito importante na determinação da taxa de câmbio. Desta forma, sectores com maior participação de bens importados em seus insumos estariam mais expostos à restrição monetária.

De acordo com Vasconcelhos(2001, p.353), o impacto de uma alteração das taxas de juros sobre a taxa de câmbio depende das expectativas relativas à inflação, das taxas de juros domésticas e externas que podem ser afectadas pela medida de política. Todavia, a corrente de transmissão desenvolve-se da taxa de juro para a taxa de câmbio através da condição da “paridade não coberta da taxa de juro”; esta condição relaciona os diferenciais de taxa de juro com as alterações esperadas na taxa de câmbio.

Assim, uma política monetária expansionista fará diminuir a taxa de juro doméstica, em relação à taxa de juro externa, conduzindo a uma depreciação da moeda doméstica, tornando os bens nacionais mais baratos em relação aos bens internacionais, originando um aumento das exportações líquidas e do produto. Já do lado da oferta, a depreciação provocada pela política monetária expansionista, aumenta o preço dos bens importados, aumentando assim a inflação.

Abreu *et al.* (2018, p.443), por outro lado, apresentam um segundo meio do canal do preço dos activos que afecta as decisões de consumo das famílias pela variação da sua riqueza, pois uma redução da riqueza presente e futura das famílias é compensada por uma redução no seu consumo presente; este canal é relevante para o consumo das famílias quando a participação dos consumidores no mercado de acções for relevante, o que não é o caso de Angola.

De acordo com Mishkin (1998), as expectativas de inflação constituem um papel importante na determinação da dinâmica inflacionária, actuando sobre o processo de formação de preços de três formas distintas:

1. Directamente, por intermédio de sua incorporação aos preços de produtos e serviços;

2. Via salários, pela sua incorporação aos salários nominais em negociação, que representam importante item de custo para as empresas;

Quanto aos efeitos das variáveis descritas acima, verifica-se que a taxa de juros serve de êmbolo para a transacção de todas as operações financeiras, pois, a inflação e a taxa de câmbio incidem nas decisões de compra das moedas/procura, afectando drasticamente o volume de transacções demandadas. Entretanto, Até 2014 a política monetária implementada pelo BNA, foi expansionista, sendo que nos anos seguintes se adoptou a política Monetária contracionista, com objectivo principal de controlar a taxa de inflação.

## **2.2 CRESCIMENTO ECONÓMICO**

Quando se aborda o crescimento económico, os indicadores que estão presentes na memória do pesquisador é a elevação no nível do produto produzido e apresentado nos diferentes momentos do período de referência. Isto significa que ao se declarar que um dado país ou economia de um país cresceu 2% em um ano de referência, compreende-se que foi produzido no ano em análise volumes ou valores monetários superiores a anterior a este ou de comparação, comumente designado de base.

Nabais e Ferreira (2012, p.351) apontam ainda que o crescimento económico é um conceito de natureza quantitativa, que define a evolução da actividade económica e que traduz a expansão da produção, incluindo a inovação tecnológica, modificando estruturas económicas, implicando maiores investimentos e sendo medido pelos indicadores económicos.

Existem autores que trazem discussões comparativas de ser mais produtiva a população actual ou do tempo dos nossos ancestrais! Para esta interjeição, o que se pode depreender é que actualmente aproveitando-se da inovação tecnológica leva ao entendimento, *coeterisparibus* de que a produtividade registada ou contabilizada chega a ser maior do que do período em que não existia a tecnologia. Por exemplo, no ramo da construção civil constroem-se grandes edifícios ou projectos que seriam impensáveis sem o apoio da tecnologia. O que seria do projecto do Novo Aeroporto Dr. António Agostinho Neto? Outros exemplos podem ser trazidos como a construção da ponte sobre o rio Catumbela, o projecto Angosat2, para citar apenas estes.

Certamente, pode ser questionável, em termos de crescimento económico, mas, no que se refere à produtividade, possivelmente não seja.

Krugman e Obstfeld (2010, p.72) apontam que o crescimento económico significa um deslocamento para direita da fronteira de possibilidades de produção.

Para Soares (2010, p.65), crescimento económico é o aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia num determinado período. A sua avaliação faz-se através da análise de indicadores tradicionais com expansão do PIB (o valor de todos os bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras geográficas do país num período, usualmente um ano) ou ainda pelo PNB (o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos em território nacional ou não durante um período, usualmente um ano).

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção, estabeleceremos a relação funcional entre as variáveis, a tabela nº1 apresenta os valores em milhões de Kwanzas da produção nacional (PIB), Inflação durante o período de 2008 a 2024.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto e Inflação

Anos	Taxa de Crescimento do PIB (%)	Inflação
2008	11,2	13,18
2009	0,9	13,99
2010	4,9	15,31
2011	3,5	11,38
2012	8,5	9,02
2013	5	7,69
2014	4,8	7,48
2015	0,9	14,27
2016	-2,9	41,95
2017	-0,1	23,67
2018	-1,3	18,6
2019	-0,7	16,9
2020	-5,6	25,1
2021	1,2	27
2022	3	13,9
2023	1,1	20,01
2024	4,4	27,5

Fonte: INE & BNA, 2024

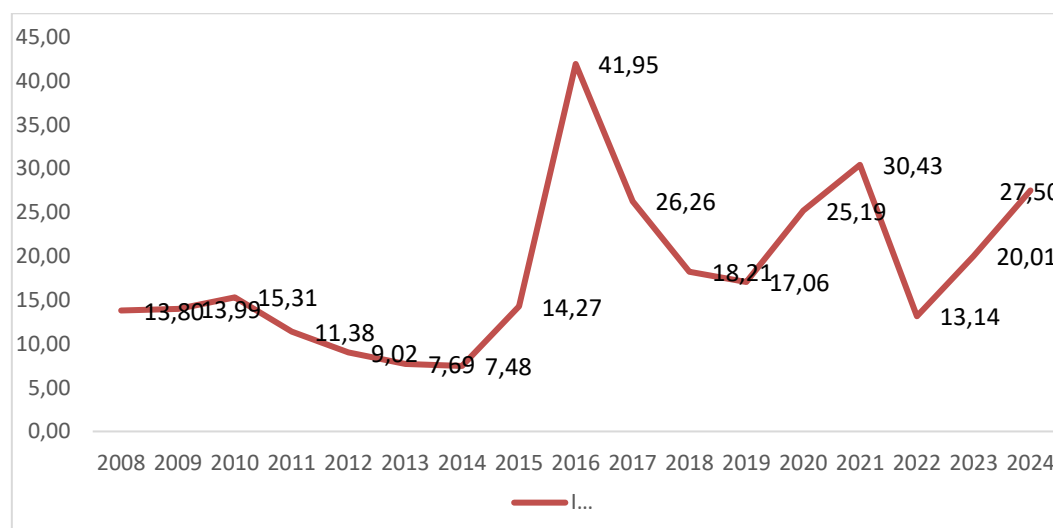
#### 3.1 EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO E DE CRESCIMENTO

Este subcapítulo reservou-se a analisar a tendência inflacionária em Angola, como base de referência, o índice de preços no Consumidor de Luanda, que permitiu cobrir com resultados dos anos anteriores a 2015, uma vez que a nível nacional apenas começou a sua elaboração naquele ano.

Por outro lado, o índice de preço no consumidor da cidade de Luanda representa, na média nacional, um pouco mais de 44% do peso da cesta básica.

## Gráfico 1 – Evolução da taxa de Inflação Angolana, 2008-2024

Os valores inflacionários mostram que os anos de melhor situação económica foram 2008 a 2014 . Porquanto, os demais anos começaram a apresentar ou registar taxas elevadas chegando ao pico de 41,95% no ano de 2016.



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do INE-IPCL, 2024

Relacionando o exposto no gráfico 1, pode se observar que os anos referidos no ponto anterior, como de logro, podem ser confirmados na trajetória da inflação.

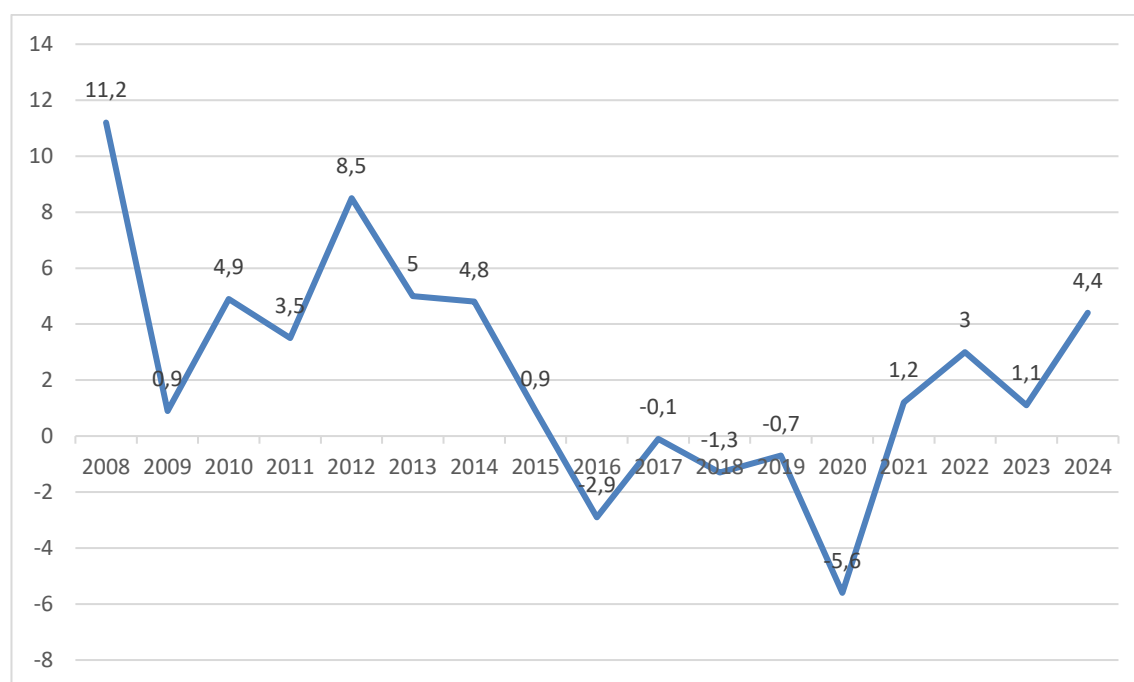
Os anos apresentados acima, como de altas taxas de Inflação, para a economia nacional, reflectem os seus efeitos no crescimento da economia real.

Desde 2015 que a tendência da inflação tem sido crescente, atingindo o máximo em 2016 na ordem de 41,95%, entretanto em 2022 assistiu-se uma pequena melhora, mas em 2023 e 2024 voltou a crescer, atingindo mesmo os 27,50%, ultrapassando a meta definida pelo BNA (15,3) , tentando ao máximo ajustar através de instrumentos de política monetária, isto é, a taxa de juros básica, que determina o custo de dinheiro na economia, mas sem sucesso.

A questão da inflação em Angola consubstancia-se essencialmente no facto da oferta nacional não conseguir dar respostas a procura, pois a produção Nacional é cada vez mais fraca, existindo uma forte dependência de produtos importados, ficando a situação cada vez mais difícil devido a depreciação da moeda estrangeira; um dos outros motivos e certamente a redução de subsídios aos combustíveis, tendo impacto directo sobre a produção e consumo.

A situação económica adversa mundial não tem poupado a alta de preços no conjunto de bens e serviços consumidos, nem tão-pouco esfriou a queda no poder de compra dos cidadãos e as famílias viram os seus rendimentos a valerem pouco e, obviamente, isto também se reflectiu no desempenho da economia nacional, pois mesmo com aumento dos salários a situação prevalece.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB (%) da economia angolana, 2008 – 2024



Fonte: BNA, 2025

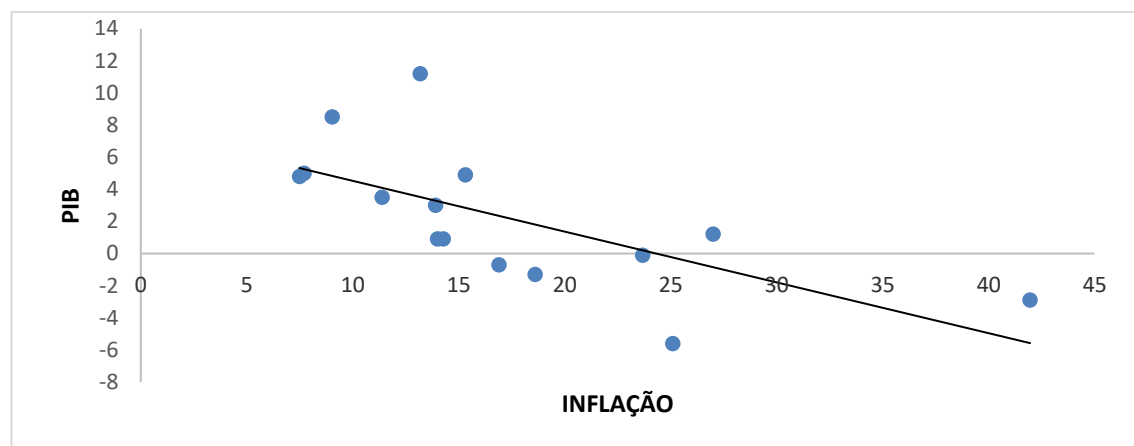
A queda no nível da produção da economia angolana teve o seu início em 2008 a 2009, houve uma pequena recuperação, e voltou a cair 2014, continuando até 2020, mas ao longo do período várias foram as recessões económicas registadas.

Logo, se por um lado a economia estava a ser assolada por uma pressão inflacionária, tal como referido nas análises anteriores, a queda no nível da produção das duas economias, obviamente não podiam ser diferentes. A recessão económica esteve presente, degradando certamente a actividade e não dando espaço aos agentes económicos em busca de alternativas. É possível verificar que nos anos subsequentes a tendência das taxas de crescimento da economia nacional é crescente, isto é, apesar de registar uma queda em 2023 na ordem de 1.1%, o Instituto Nacional de Estatística (INE), estimou um crescimento na ordem de 4,4% em 2024, suportado pelo aumento da contribuição do sector não petrolífero.

### 3.2. RELAÇÃO FUNCIONAL ENTRE AS VARÁVEIS PRODUÇÃO, E INFLAÇÃO

O gráfico abaixo apresenta a relação funcional existente entre as variáveis: “produto interno bruto” e “Inflação”. A tendência é decrescente, observada através das nuvens de ponto, revelam uma associação Negativa.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto e Inflação



O gráfico acima apresenta a relação funcional existente entre as variáveis: “produto interno bruto” e “Inflação”. A tendência é decrescente, observada através das nuvens de ponto, revelam uma associação indirecta e negativa. O que significa que existe correlação linear entre as variáveis, embora que negativa.

Analisando com alguma atenção a relação das referidas variáveis no gráfico de tendência e nuvens de ponto, pode-se concluir que há um aumento nas taxas de Inflação; o produto interno bruto será estimulado em sentido Contrário, restando apenas quantificar a intensidade da relação que será feita através do cálculo do coeficiente de correlação.

Calculado os coeficientes de correlação entre as variáveis, pode-se observar que a produção se correlaciona de forma positiva e fortemente com a variável Inflação. Isto é, a relação entre as duas variáveis corresponde a 60%.

### 3.3 MODELO ESTIMADO DA RELAÇÃO ENTRE PRODUTO INTERNO BRUTO, DINHEIRO EM PODER DO PÚBLICO E DEPÓSITOS À VISTA

O objectivo desta secção é tentar dispor de um modelo que permita constatar a contribuição da Inflação no Crescimento económico de Angola e analisar a possibilidade de definir um modelo que explique a relação entre as variáveis.

A análise que se propõe realizar se revela na identificação da relação funcional entre as variáveis PIB e Inflação representadas em milhões de Kwanzas.

De acordo a Gujarati (2011), a função econométrica geral é explicitada ou denotada conforme a expressão abaixo:

$$Y = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 x_1 + \epsilon_i$$

Os coeficientes expressos na equação são identificados ou legendados a seguir:

$\hat{\beta}_0$ : representa o coeficiente angular, economicamente significa que na ausência da Inflação a economia estará a operar de forma autónoma nesta dimensão ou valor;

$\hat{\beta}_1$ : constitui o efeito da Inflação na variável produto interno bruto, quando ou se está a aumentar (variar) em x ou y unidades monetária;

X1: corresponde a inflação expresso em milhares de Kwanzas. Por outro, também é conhecida como variável independente;

Y: produto interno bruto, designado por variável dependente ou de resposta;

$\epsilon_i$ : assume os erros amostrais aleatórios que não são determinados ou explicados pelo modelo.

Com o recurso à ferramenta de Análise de dados do Excel e pacote regressão linear múltipla, determinaram-se ou estimaram-se os coeficientes denotados acima e obteve-se a expressão abaixo:

$$\hat{Y} = 7,26094 - 0,27573\text{Inflação}$$

A interpretação dos resultados ou estimativas obtidas na equação acima para além do valor autónomo, indicam com clareza os respectivos efeitos.

*Coeterisparibus* a economia terá um aumento no valor de sete milhões duzentos e seis mil e noventa e quatro- Kwanzas.

Quanto a inflação, a economia nacional, mediante a proposta do modelo, terá um efeito negativo no valor de 0,27573. O que se pode compreender é o facto de os resultados estarem expressos em milhões de Kwanzas e, neste sentido, o valor da perda será de 275 730 mil Kwanzas por cada um milhão de unidades de Kwanzas aumentados. Esta estimativa representa devidamente a sugestão de uma economia normal, porque a relação entre as duas variáveis é negativa, quando relacionados no gráfico nº8, (Relação linear entre Produção com Inflação) sugere uma associação no sentido negativo da tendência, que coincide com a determinação do cálculo matemático no mesmo sentido.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revisão documental realizada mostra que os diferentes autores alinham no mesmo diapasão sobre as principais definições do produto e, o capítulo da análise e discussão dos resultados mostra que as relações funcionais entre as variáveis em estudo estão presentes. O que significa que, em termos económicos, uma movimentação ou variação no sentido positivo da variável de estímulo resultará, mantendo todo o resto constante, em redução no nível da produção.

O que foi confirmado na estimação dos coeficientes no modelo de regressão linear simples que apresenta sinal esperado no diagrama de nuvens de ponto, pois assume o mesmo (negativo). Para este ponto concreto, o que indicia a uma relação inversa quando se estimula a inflação face à resposta no produto.

Tanto a inflação como o PIB analisados registaram variações ao longo dos 17 anos.

As decisões de política monetária foram de grande importância para controlo da taxa de Inflação, que foi vista como ameaça para a economia. Nesta conformidade,

os anos 2008 a 2012 foram de logro no desempenho da economia no facto de que as taxas de inflação estiveram baixas.

Por um lado, observa-se, no período de 2012 a 2014, o melhor intervalo para a economia angolana, de acordo com as evidências presentes nos dados estudados para as taxas de Inflação. Por outro lado, a partir de 2014 inicia-se o período difícil para actividade económica, onde se registam elevadas taxas de inflação e consequentemente quedas nas taxas de crescimento da economia. assinalando-se assim, registos de taxas de inflação altas e quedas significativas no crescimento económicos no período homólogo.

A inflação tem reduzido o valor real dos salários, levando os angolanos cada vez mais a pobreza, confirmando que a questão da alta de preços não é apenas pela questão da procura, mas sim da oferta.

Aumentar os salários não resolve o problema da inflação, é necessário que os salários estejam ajustados ao custo de vida, e que as políticas económicas (Monetárias e Fiscal) estejam alinhadas de modo a garantir um controle eficaz desta variável, porque não adianta aplicar uma política monetária restritiva ou de redução da quantidade de dinheiro em circulação, enquanto que a política de gasto é expansiva, certamente não haverá equilíbrio.

Quanto ao modelo estimado é confirmado o efeito da Inflação observado na teoria do gráfico de nuvens de pontos.

Feita a discussão dos resultados, o coeficiente de determinação mostra que 36% das variações na variável de resposta são explicadas pelo modelo e grande parte (64%) que são à custa de outros factores.

Portanto, a pesquisa permite responder ao problema levantado, que apresenta a seguinte questão: “Qual é o efeito da Inflação no crescimento económico no produto interno Bruto de Angola ao longo do período de 2011 a 2020?” A equação estimada responde que a inflação contribui negativamente com 0,27573. Desta forma é possível constatar o efeito negativo da inflação no crescimento económico de Angola no período em estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. et al. Economia Monetária e Financeira. 2ª ed. Lisboa: Escolar editora, 2007 e 2012.

ABREU, M. et al. Economia Monetária e Financeira. 3ª edição. Lisboa: Escolar editora, 2018.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 7ª ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2017.

BNA. Relatório Anual de Contas. Disponível em:

<https://www.bna.ao/#/pt/banco/governanca-transparencia-corporativa/relatorio-contas/Relat%25C3%25B3rio%2520Anual%2520e%2520Contas%25202024/2024/658...> Acessado em: 24 de Abril de 2025.

DA ROCHA, M. J. A. Introdução à Economia Internacional e integração regional. 2ª ed. Luanda: UCAN, 2008.

GUJARATI, N. D.; PORTER, C. D. Econometria Básica. 5ªed. São Paulo: McGraw-Hill editora, 2011.

INE. Contas nacionais. Disponível em:

<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MzI1MQ%3D%3D>. Acessado em: 15 de Abril de 2025.

MISHKIN, F. S. Moeda, Banco e Mercados Financeiros. 5ª ed. Boston: Addison Wesley, 1998.

NABAIS, C.; FERREIRA, R. V. Macroeconomia: lições e exercícios. 1ª ed. Lisboa-Porto: Lidel, 2012.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. Economia Internacional. 8ª ed. S. Paulo: Pearson, 2010.

SOARES, J. C. Dicionário de Economia. 1º ed. Portugal: Plátano Editora, 2008.

VASCONCELHOS, M. A. S. Economia, Micro e Macro. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2001

## APENDICE

SUMÁRIO DOS RESULTADOS									
<i>Estatística de regressão</i>									
R múltiplo	0,595861641								
Quadrado de R	0,355051095								
Quadrado de R	0,312054501								
Erro-padrão	3,394723755								
Observações	17								
ANOVA									
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>e significância</i>				
Regressão	1	95,16247	95,16247	8,257656	0,011599				
Residual	15	172,8622	11,52415						
Total	16	268,0247							
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>	<i>15% inferior</i>	<i>15% superior</i>	<i>inferior 95,0%</i>	<i>superior 95,0%</i>	
Interceptar	7,260943679	1,918206	3,785279	0,001797	3,172385	11,3495	3,172385	11,3495025	
Variável X 1	-0,275732343	0,095953	-2,87361	0,011599	-0,48025	-0,07121	-0,48025	-0,07121301	